

ESPAÇO PÚBLICO E PRODUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE

PUBLIC SPACE AND SOCIOHISTORICAL PRODUCTION OF THE CITY

ESPACIO PÚBLICO Y PRODUCCIÓN SOCIOHISTÓRICA DE LA CIUDAD

Tiese Teixeira Júnior¹

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as políticas urbanas, que vêm desenvolvendo ações de revitalização em áreas específicas, consideradas obsoletas, da cidade de Belém do Pará. Estabelece um diálogo, a partir de referências vindas da sociologia urbana, da geografia humana e da história nos trabalhos de Leite (2004), Trindade Júnior (2007), Figueiredo (2008), Harvey (2014), Bahia (2014) e Certeau (1994; 2016), que refletem sobre o tema, para em seguida cotejar com uma pesquisa empírica feita no complexo Feliz Lusitânia e, assim, problematizar aspectos dos projetos *waterfront*, a cidade-água, colocados em curso na capital do Estado do Pará.

Palavras-chave: Cidade; revitalização; circulação de pessoas.

Abstract

This research proposes one reflection about urban politics that was development revitalizations actions in specific areas considered old in Belém from Pará state, making a dialogue starting references coming to the Sociology, Geographie and History in researchs from Leite (2004), Trindade Junior (2007), Figueiredo (2008), Harvey (2014), Bahia (2014) and Certeau (1994; 2016) that think about theme, for after to compare with a empiric research and this way to argue the waterfront projects to put in course in Pará state.

Keywords: City; revitalization; circulation of people.

Resumen

Este trabajo propone hacer una reflexión sobre la política pública urbana que ya ha venido desarrollando acciones de revitalización en áreas específicas que se consideraba como obsoletas por poner un ejemplo en Belém se estableció un dialogo de referencias procedentes con temas fundamentales en Sociología, Geografía e Historia em las obras de Leite (2004), en Trindade Junior (2007), Figueiredo (2008), Harvey (2014), Bahia (2014) y Certeau (1994; 2016). Dichos

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Mudança Social no Sudeste do Pará (GPEMSSP) e do Grupo de Pesquisa Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: tiesejr@gmail.com.

lugares reflejan validamente los temas. Es conveniente cotejar esta investigación empírica. Ya que problematizar esos aspectos de los proyectos de la línea litoral costera conviene poner en marcha en la capital del estado de Pará.

Palabras-clave: Ciudad; revitalización; circulación de personas.

Introdução

O objetivo do trabalho é refletir sobre o processo de revitalização de uma parte da orla de Belém do Pará, através das intervenções urbanas feitas pelo Estado chamadas *Waterfront*, a cidade-água. Com foco em projetos que afirmam dar vida nova a determinados espaços públicos da cidade, como, por exemplo, o complexo Feliz Lusitânia, as reflexões a seguir buscam entender como a população acessa essa parte da cidade, até onde suas subjetividades ajudam na construção da mesma, bem como os limites impostos para o exercício da cidadania e da democracia dos que transitam por ali. A expressão revitalização de espaços públicos será utilizada aqui para referir-se às partes da cidade que passaram por reformas arquitetônicas e urbanísticas com a intenção de atrair consumidores, por meio do embelezamento e da promessa de lazer com segurança.

Trindade Júnior (2007), ao refletir sobre as políticas urbanas, aponta que um de seus princípios está amparado em ações que recriam “a cidade sobre a cidade” chamando a atenção para as novas funções, atividades e usos inseridos nas áreas revitalizadas. Esses espaços são qualificados pelo poder público primeiro como obsoletos e pouco atrativos, marcas discursivas que fortalecem a ideia de que os mesmos precisam ser reformados para tornarem-se atraentes, interessantes aos olhos dos que “passam”, ou podem “passar” por ali. Na linha de frente dessas políticas, há um conjunto de ações que buscam revitalizar o velho, para torná-lo novo, de novo. Essa tendência ao embelezamento de áreas centrais das grandes cidades tidas como deterioradas e projetadas como uma compactação da vida urbana se afirma cada vez mais no Brasil.

Sobre a trajetória de formação histórica desses processos na região amazônica, e como ela pode ajudar na compreensão do tema hoje, Bahia (2014) e Figueiredo (2008), por exemplo, enfatizam que na virada do século XIX para o século XX, a Amazônia viveu o auge do monoextrativismo da borracha. Belém tornara-se um dos principais

portos de saída desse produto rumo à Europa, e este fato está intimamente ligado às transformações ocorridas no capitalismo em nível mundial, bem como à implantação da República brasileira e ao enriquecimento da burguesia.

Para Dias (2007), mudanças profundas ocorreram nas duas principais capitais amazônicas, Manaus e Belém. Nestas cidades, o estado tornou-se o agente principal na implementação de mudanças arquitetônicas importantes, que iriam ao longo do tempo alterar a relação da população com o urbano, no plano material e simbólico. Tendo como inspiração a modernidade urbana e cultural irradiada especialmente de Paris, sob o comando do Barão Haussmann, “o artista demolidor”, a partir da última década do século XIX, Manaus e Belém passaram por mudanças nas suas arquiteturas e nas relações sociais de seus moradores: limpeza urbana, alargamento das ruas, construção de fornos crematórios, de matadouros, de praças, drenagem de pântanos, redes de esgoto, policiamento municipal, fomentos artísticos e culturais, ações regidas, em boa medida, por dois documentos básicos da época: o Código de Posturas Municipal e o Regulamento Sanitário.

Tudo sinalizava os tempos do fausto. Formou-se um corpo de agentes reguladores da vida dos habitantes das urbes nos trópicos – era a Belle Époque Amazônica, que teve seu auge no período de 1870 a 1912, em Belém, e de 1890 a 1920, em Manaus.

Sobre o porquê dessa empreitada na cidade de Manaus, Dias (2007) nos diz que:

A capital do Amazonas deve-se apresentar digna da nova função de centro exportador e importador ligado ao comércio internacional. Nessa perspectiva, a ideia de projetar para o mundo a imagem de uma cidade moderna e civilizada era urgente (DIAS, 2007, p. 34).

À frente do projeto em Belém estava o intendente Antônio Lemos, que administrou a capital do Pará de 1897 a 1910. Limpar, ordenar e higienizar a cidade era preocupação constante do governo lequista. O controle da vida social saía da esfera pública e entrava nos lares belenenses tentando determinar o comportamento privado das pessoas. O saneamento básico da cidade era cuidadosamente orientado de Londres, sede do capitalismo, de onde vinham famosos engenheiros para zelar pela saúde pública de parte dos moradores da urbe. Corroborando este argumento, Sarges (2000) destaca que:

O intendente Antônio Lemos, ao adotar uma política saneadora, propunha-se não somente zelar “pelo bem-estar social”, como também

cuidar de certos aspectos da vida urbana como saneamento, saúde pública e estética da cidade, para que não fossem prejudicados pelos maus hábitos de uma população indisciplinada (SARGES, 2000, p. 97).

A remodelação da cidade era um projeto das elites, e para as elites. Em Manaus, por exemplo, o intendente Eduardo Ribeiro, a partir de 1892, buscou urbanizar o centro da cidade, pois era lá que circulava o capital econômico e cultural que interessava às elites. A maior parte das riquezas oriundas do ciclo da borracha foi para fora do Brasil, especialmente Europa; com a parcela da riqueza que ficou por aqui, fez-se a modernização e o embelezamento das cidades, para atrair o capital interno e externo. Essas melhorias, no entanto, não eram para todos os moradores das cidades, a parte pobre da população estava excluída desses processos e das possíveis benesses trazidas por eles. Durante este período, buscou-se modernizar as cidades dando-lhes infraestrutura e criando, ou tentando reproduzir aqui, a cultura e os modos de vida europeus. Cafés, teatros, maisons, boulevares, jeitos de falar, vestir-se, comportar-se socialmente seguindo o modelo da boa etiqueta francesa davam a tônica do viver dos ricos, nas urbes da modernidade amazônica.

Em Belém, na virada do século XIX para o século XX, o Teatro da Paz, por exemplo, recebia companhias de teatro e ópera que vinham diretamente da Europa moderna e burguesa para a diversão das elites locais. Nas noites dos espetáculos, a alta sociedade comparecia desfilando joias, roupas e calçados que resplandeciam o poder do fausto vivido na época. Santa Maria de Belém tornara-se um importante centro comercial, cultural, financeiro e político (TRINDADE JÚNIOR, 1998; FIGUEIREDO, 2008; BAHIA, 2014).

Funções da cidade

Certeau (1994), ao tratar da cidade e dos diferentes discursos urbanísticos que buscam criar representações desta, destaca que o “sujeito universal” é uma dessas imagens. Neste sentido, é possível inferir que a cidade, ou uma parte específica dela, seria portadora do resumo da cultura local, em conexão com o mundo global. Nessa perspectiva, a cidade assume, também, o lugar da exclusão, pois:

A cidade, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoladas e articuladas uma sobre a outra, nesse lugar organizado por operações especulativas e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação (CERTEAU, 1994, p. 160).

Debates teóricos como os de Bahia (2014), por exemplo, ajudam na construção de uma imagem da cidade dos dias recentes. Ao tratar do uso da cidade, esta imagem nos diz que esta é caracterizada por diferentes equipamentos, entre eles, ruas, praças, parques, centros culturais etc. Entre as funções da cidade destacam-se o lazer, a moradia, o trabalho e a circulação de pessoas. Quanto ao acesso a estes equipamentos e funções, a pesquisadora destaca que a parcela economicamente favorecida da sociedade sai na frente e consegue absorver a maioria. Já os grupos sociais menos favorecidos, nem sempre podem acessar essas dimensões da cidade e do urbano. Esses espaços são caracterizados, também, por uma dinâmica de “fragmentação e articulação”.

Espaço público é utilizado, aqui, no sentido de um espaço em que ocorre, ou pode ocorrer, uma ação política. Este possui uma dimensão física e uma dimensão simbólica, em que representações sociais e subjetividades são partes constituintes do mesmo. Neste cenário, a classe social com maior poder aquisitivo tem colocado em curso um processo de privatização da vida urbana, com um discurso de proteção e segurança, com o distanciamento dos problemas sociais, que tem limitado o espaço urbano em sua natureza de vivências, experiências e sociabilidades (BAHIA, 2014).

Harvey (2014) aponta que os espaços públicos passam por um processo de privatização bem visível, por exemplo, na atual ampliação dos condomínios, onde parece haver uma domesticação da vida. Nesses espaços públicos, novas identidades sociais são criadas, e esses estilos de vida são carregados de símbolos que se configuram em outros gostos e preferências, com o desenvolvimento de estilos de vida próprios para um segmento social específico.

Figueiredo (2008), por exemplo, ao tratar dos espaços públicos revitalizados pelo poder público em determinadas áreas da cidade de Belém do Pará, alimenta o argumento de que os mesmos são mercadorias destinadas a um público específico. Assim, o planejamento colocado em curso caminha no sentido de construir aquilo que o autor chama de “cidade síntese”, um espaço revitalizado em que é possível se encontrar, pelo menos na promessa, um resumo da vida histórica e cultural da cidade.

Ainda no caso de Belém do Pará, Trindade Júnior (1998) afirma que o planejamento dos espaços públicos, no caso, a transformação de áreas urbanas consideradas “velhas e sem atrativos” em novos espaços públicos para a cidade, é feita com um olhar externo e para atrair pessoas de fora do lugar. Os projetos de revitalização não consideram as demandas locais. Uma vez o projeto terminado, fica evidente que não foi planejado para todos, e sim para a parcela da população mais favorecida economicamente. Outra marca dessas intervenções é que nelas as diferenças culturais aparecem de formas homogeneizadas. Desta forma, esse lugar reconstruído e apresentado como novo, apaga boa parte da memória – material e simbólica – do lugar de antes.

Neste simulacro de cidade imaginada, o ato de ver é atravessado pelo que Certeau (2016) chama de “exotismo ótico”, uma vez que discursos publicitários e paisagens contemplativas são (re)criadas em um microespaço em que o luxo da cultura local alimenta “a passividade e a contemplação de um estrato social”, que circula naquele lugar.

Entre os espaços revitalizados em Belém, na primeira década dos anos 2000, que fazem parte da chamada *Waterfront*, a cidade-água, destacam-se: a Estação das Docas, o Mangal das Garças e o Complexo Feliz Lusitânia. Ali, os elementos urbanísticos e arquitetônicos aparecem somados à relação da cidade com a água, às simbologias ligadas à contemplação e interação da população com a natureza, somados à incorporação de elementos culturais, como a culinária regional, por exemplo, que ajudam na construção de uma nova imagem da cidade. Lugares que dizem carregar um resumo da identidade da cidade e que são marcados, também, pelo controle do comportamento social dos que passam por ali. Estes espaços são revitalizados e utilizados com interesses diversificados, desde os comerciais, para os empreendimentos do turismo, até para os que buscam lazer (FIGUEIREDO, 2008).

O complexo Feliz Lusitânia está em uma área às margens da baía do Guajará, e inclui outros projetos arquitetônicos como: o Forte do Presépio, principal marco da fundação da cidade de Belém, em 1616, a Igreja de Santo Alexandre, o Museu de Arte Sacra e a Casa das Onze Janelas. Com o processo de revitalização, essa parte da cidade recebeu museus, salas de exposição, sorveterias e lojas de artesanato, que compõem a proposta de embelezamento da paisagem urbana (BAHIA, 2014).

Para além das intervenções, qualificações e limites do plano físico, esses projetos carregam a dimensão das relações sociosimbólicas neles desenvolvidas. Neste sentido, Leite (2004) nos convida a refletir sobre o fato de que, nestes espaços públicos, são construídos lugares que, para este estudioso, são demarcações físicas e simbólicas que constroem territórios e demarcam modos de uso destes. É no sentido de problematizar como os lugares são construídos nos espaços que foram revitalizados em Belém do Pará, nas últimas décadas do século XX, que este trabalho caminha.

Em pesquisa de campo realizada no chamado complexo Feliz Lusitânia, importante espaço público revitalizado e considerado como de uso coletivo dos habitantes da cidade, foi possível identificar formas diferenciadas de construção de subjetividades pelos frequentadores do espaço. De casais de namorados à sombra de uma árvore, passando por alunos que utilizam o espaço para ensaios de dança, chegando a um contemplador solitário, que diz sentir paz ouvindo o barulho da água que bate nas pedras, o lugar carrega elementos que o aproximam das reflexões teóricas aqui propostas (LEITE, 2004).

Um dos lugares construídos nesse espaço por alunos de uma escola pública de Belém do Pará é para realizar o ensaio de um número de dança, uma vez que, segundo eles, a escola não permitia que eles entrassem em suas dependências no sábado, então, estavam criando um lugar para ensaiar. Uma porta-voz do grupo nos diz que:

Hoje, estou dançando, mas gosto de vir aqui *pra* ler, é calmo e não tem ninguém olhando. Venho com frequência, às vezes eu escrevo, outras vezes fico ouvindo música. Gosto de olhar o rio (Depoimento oral realizado em agosto de 2015).

Nesse lugar de sociabilidades e encontros do e com o diferente, outro uso simbólico identificado na pesquisa é o de um casal que estava se encontrando pela primeira vez. Eles se conheceram por meio da internet e escolheram o complexo Feliz Lusitânia para realizarem o primeiro encontro, nesse caso, “o lugar” das subjetividades era diferente dos citados acima, pela aluna que vem ali e constrói um “lugar” para ouvir música.

Em se tratando do que Leite (2004) chama de “códigos” de comportamento, que qualificam o espaço público, foi possível perceber que a vigilância feita pelos guardas municipais, por exemplo, sobre os visitantes do complexo Feliz Lusitânia é constante e chama a atenção em alguns casos pela eficiência do guarda, que munido com seu apito,

não deixa que os transeuntes “quebrem” as regras de uso do mesmo. No geral, pisar na grama é ouvir o som do apito do guarda indicando que algo está fora do lugar.

No complexo Feliz Lusitânia revitalizado, que parece controlado por diferentes redes de vigilância, que vão do guarda e seu apito aos confrontos de olhares daqueles que se julgam com mais direitos que outros de consumir o local, desenvolvem-se práticas cotidianas que escapam da organização que busca disciplinar as práticas sociais.

Assim, a circulação de pedestres pode ir além dos limites do acessível. Neste urbano imaginado, o ato de caminhar assume a conotação de enunciados, com as funções, por exemplo, de apropriação, de realização e de construção de relações humanas. No primeiro caso, o pedestre se apropria do lugar, como o falante de uma língua; no segundo, realiza a contemplação e os prazeres advindos dela; e por último, pode estabelecer relações sociais com gente de posição social diferenciada, questionando contratos sociais invisíveis, que podem ser estabelecidos como forma de exclusão.

O espaço revitalizado ora citado está localizado no bairro da cidade velha, em Belém do Pará, às margens da baía do Guajará. Sobre a razão de ser e a definição do que seja um bairro, Certeau (2016) nos diz:

O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço da cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público (CERTEAU, p. 41).

A vida que se desenvolve no espaço aqui mencionado é atravessada por uma linha tênue, que separa a vivência pública da vida privada, pois a relação que os moradores do bairro estabelecem com os espaços reurbanizados *Waterfront* é diferente daquelas que os visitantes vivenciam. Os limites, as vigilâncias, os sentidos imaginados colocados em curso e as vias de acesso, neste caso, podem caminhar ou não no sentido do que o enunciado acima destaca. É válido pontuar que o controle social, também, pode acontecer de forma simbólica e, por vezes, invisível.

Os espaços revitalizados em Belém foram pensados para um segmento social: o das pessoas que têm dinheiro para acessar esses locais, já que os serviços e produtos ali oferecidos – comidas, bebidas, espetáculos musicais e teatrais – podem estar ao alcance

do morador do bairro ou não. O elemento econômico é o principal determinante que seleciona quem pode ou não consumir a vida que perpassa estes locais.

Essa apropriação da orla de Belém se constrói, também, no conflito, visto que cada agente social – Estado, proprietários dos meios de produção, grupos sociais excluídos etc. – define as formas e os usos desta parte da cidade.

Considerações finais

Revitalizar, remodelar, refazer, reordenar... renovar. Verbos que fazem uso e abuso do prefixo re- parecem tomar conta de uma parte importante dos escritos e pensamentos dos planejadores urbanos. Nesse sentido, os planos de revitalização urbana de determinadas áreas de Belém do Pará se expressam em formas, conteúdos e representações, que ao longo do processo alteram os significados e os sentidos destes. Se ontem a forma de identificação da região do comércio da cidade estava representada na expressão “lá em baixo”, hoje, está sendo substituída por nomes como “Estação das Docas”. Isso é um fragmento apenas, de algo muito maior, que acontece em outros espaços da cidade (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Nestes espaços revitalizados, a circulação de pessoas dá a tônica da dimensão da democracia em curso ali. Para alguns estudiosos, esses espaços são seletivos, expressam também uma negação do direito de acesso aos espaços públicos da cidade ao criarem novas territorialidades, que parecem ter sido pensadas para uma parcela rica da sociedade. Aqui, tentou-se olhar a construção do lugar dentro do espaço público, expresso nas ações de visitantes que utilizam o Feliz Lusitânia como lugar para dançar, ouvir música, fazer leitura, contemplar o rio, realizar o primeiro encontro.

A pesquisa de campo tentou mostrar que a preocupação com a segurança é algo que se faz presente nas falas dos visitantes ouvidos, sentem-se seguros naquele lugar, e isto pode indicar a eficiência do discurso oficial, que traz, como marca discursiva do projeto de embelezamento da área, a ideia de que nos espaços revitalizados, reordenados, (re)vigiados, (re)controlados da cidade-água, os visitantes estarão em segurança, longe dos problemas sociais, e assim podem (re)criar seus ‘lugares’ de subjetividades e símbolos, no interior de um espaço que se diz público.

Refletir sobre os espaços *Waterfront* na Amazônia, e mais especificamente, Belém do Pará, como topografias urbanas que povoam o imaginário coletivo dos que

por ali podem circular, é pensar que o viver na cidade torna-se cada vez mais individual, privado, excludente, e que o resumo da cultura local ali oferecido, como produto comercial junto com a promessa de segurança e de proteção, contra as mazelas sociais espalhadas cidade afora, pode indicar, também, que esses lugares formam ilhas da fantasia, para onde os que podem pagar “viajam” para consumir, por exemplo, a comida e a música típicas do lugar, contemplar a beleza das águas e, acima de tudo, fugir do caos do cotidiano urbano. Problematizar essas questões passa por repensar o planejamento urbano colocado em curso em Belém do Pará, assim como a centralização de uso do espaço da cidade e a deficiência na gestão destes, que deveriam ser espaços de acesso público.

Referências

BAHIA, Mirleide Char. *O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará*. Belém: UFPA; NAEA, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo; Papyrus, 2016.

_____. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar*. v. 2. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto*. Manaus: Valer, 2007.

FIGUEIREDO, Silvio Lima de (org.). *Turismo, lazer, planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA; NAEA, 2008.

HARVEY, David. A criação dos bens comuns urbanos. In: _____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

LEITE, Rogério. Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In: _____. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 284-319.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. *Territórios pensados e territórios vividos: apropriação do espaço e práticas de renovação urbana na área central de Belém*. Rio de Janeiro: Grumo, 2007.